

RUI RIO ELEITO PRESIDENTE DO PSD



**“É a participação dos
militantes que dá vida ao PSD”**



Eleições diretas

Rui Rio eleito presidente do PSD

Rui Rio foi eleito no sábado, 13 de janeiro de 2018, presidente do PSD. No discurso de vitória, no Porto, Rui Rio reiterou que irá fazer uma “oposição firme e atenta”. Depois do 37.º Congresso, onde serão eleitos os órgãos nacionais, o PSD iniciará “uma nova etapa”, que passará pela “construção de uma alternativa de Governo à atual frente de esquerda que se formou no parlamento”.

O ex-autarca da Câmara Municipal do Porto traçou as linhas principais da oposição. “Uma alternativa capaz de dar a Portugal uma governação mais firme e corajosa, capaz de enfrentar os grandes problemas estruturais com que há muito o país se confronta, uma alternativa capaz de reforçar a nossa aposta em Portugal e de nos restituir a vontade, a alma e a esperança”, sublinhou.

Rui Rio afirmou que “há condições de unidade” e garantiu que conta com o seu adversário, Pedro Santana Lopes, “como conta com todos os militantes” para os próximos desafios eleitorais. Pedro Santana Lopes garantiu não abandonar o combate político, utilizando ainda uma frase de Mário Soares: “Só é derrotado quem desiste de lutar.” “Enquanto viver continuarei a lutar pelo que acredito”, prometeu.

Rui Rio, que se apresentou às eleições diretas com a proposta de estratégia global “É Hora de Agir”, foi secretário-geral sob a liderança de Marcelo Rebelo de Sousa, e é 18.º presidente do PSD desde o 25 de Abril de 1974, sucedendo a Pedro Passos Coelho, eleito em 2010.

O anúncio dos resultados provisórios foi feito na sede do PSD, em Lisboa, por Jorge Pracana, membro do Conselho de Jurisdição Nacional. Rui Rio obteve 22.728 votos, ganhou as eleições diretas com uma vantagem de 3.484 votos sobre Santana Lopes, que recolheu 19.244. Dos 70.692 militantes com quotas em dia, votaram 42.655, o que corresponde a



uma taxa de abstenção de cerca de 40%. Registaram-se 447 votos em branco e 236 votos nulos.

Após a eleição, o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, António Costa, felicitou Rui Rio pela eleição, desejando-lhe felicidades na liderança da oposição.

Também o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, felicitou por telefone o vencedor das eleições diretas do PSD, estando já agendada uma audiência em Belém para 19 de fevereiro, logo após o congresso do PSD. Numa

mensagem publicada na página oficial da Presidência da República pode ler-se que Marcelo Rebelo de Sousa “felicitou por telefone o novo líder eleito do PSD, Rui Rio”, que venceu as eleições diretas sociais-democratas de sábado, derrotando Pedro Santana Lopes.

A eleição decorreu com toda a normalidade em 325 secções, prova da elevação e maturidade democráticas que sempre caracterizaram o PSD. Foram, também, eleitos os delegados ao 37.º Congresso, que se realiza nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro, no Centro de Congressos de Lisboa.

Eleições “revitalizaram o PSD”

Durante a tarde de sábado, Rui Rio afirmou que as eleições internas não se tratam de uma questão “de vida ou de morte”. Ganhar não é uma questão “de vida ou de morte, um ganha, outro perde, o PSD continua, a vida continua”, disse, acrescentando que certo é que, após estas eleições, o PSD “está em condições de se relançar de uma forma muito melhor da que estava há dois ou três meses”.

Falando aos jornalistas na sede da distrital do PSD/Porto, onde votou cerca das 16h35, Rui Rio sustentou que esta disputa à liderança do PSD “ajudou a revitalizar o partido” e “isso é importante”. Destacou também a afluência às urnas, afirmando que “muita afluência é bom” e vem ao encontro da sua ideia de que “o PSD está mais mobilizado”.



Para Rui Rio, as eleições diretas “são positivas” e é a participação dos militantes “que dá vida ao PSD”.

Pedro Passos Coelho espera que o novo líder possa ganhar legislativas e governar

O presidente cessante, Pedro Passos Coelho, felicitou o seu sucessor na liderança do PSD e espera que o novo líder do PSD possa ganhar as eleições legislativas e possa governar, salientando que para tal terá de ter “o apoio significativo” dos portugueses. “Eu ganhei eleições e não pude governar”, afirmou, depois de exercer o seu direito

de voto nas eleições diretas para a escolha do seu sucessor.

Sobre o seu futuro, garantiu que não estará na primeira linha de atividade partidária, mas assegurou que continuará a acompanhar a vida do PSD. “Saio de bem comigo e com os outros”, sublinhou.

Pedro Passos Coelho chegou cerca das 14h10 ao hotel de Lisboa onde se concentravam as mesas de voto do concelho e votou cerca de 15 minutos depois, cumprimentando antes e depois alguns militantes do PSD. Aos jornalistas, disse esperar “que o PSD possa encontrar nos portugueses um motivo de grande mobilização, de responsabilidade e de exigência e que os portugueses possam olhar para o PSD com confiança e com esperança”.





Passos Coelho disse estar convencido de que o PS, enquanto for possível “mascarar muitos problemas para futuro e fazer concessões de curto prazo”, procurará reeditar a atual solução governativa. “Ao PSD, no futuro, não bastará ganhar as eleições. Os portugueses, se quiserem um governo liderado pelo PSD, vão ter de votar de forma muito significativa no PSD para que não aconteça o que aconteceu nas últimas eleições”, alertou.

Sobre a campanha interna, Passos Coelho considerou-a esclarecedora, dizendo que ambos os candidatos “calcorream o país” e que houve espaço para debater o partido, mas também propostas para o exterior.



Rui Rio, perfil do 18.º presidente do PSD



Rui Fernando da Silva Rio nasceu em 6 de agosto de 1957, no Porto. Fez o ensino primário e secundário no Colégio Alemão. Licenciou-se em Economia na Universidade do Porto. Foi, enquanto estudante, presidente da Associação de Estudantes da FEP e membro do seu Conselho Pedagógico. Foi também atleta federado pelo CDUP na modalidade de atletismo. Em 1982, teve a sua primeira experiência profissional como economista, tendo sido assessor, para a área administrativa e financeira, da gerência duma empresa comercial ligada à indústria têxtil, atividade que foi interrompida em 1984, para cumprimento do serviço militar obrigatório e depois retomada em 1985. Paralelamente, trabalhou numa unidade industrial do ramo metalúrgico, nas áreas da contabilidade analítica, da gestão de “stocks” e do controlo orçamental.

Economista no Banco Comercial Português (BCP), no fim da década 1980, colaborou na implementação da Direção de Mercado de Capitais, com atividade centrada na montagem de operações de financiamento no mercado primário, processos de admissão à cotação nas Bolsas de Valores e estudo e conceção de novos produtos financeiros.

Foi, também, responsável pelas sessões de formação dos novos elementos do Banco, na área de Mercado de Capitais. Posteriormente, foi diretor financeiro da Corporação Industrial do Norte, S.A. (Tintas CIN) e, mais tarde, presidente do seu Conselho Fiscal. Ao longo da sua carreira, foi vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos (CGD), administrador não-executivo da empresa Metro do Porto e Chairman da 32 Senses SGPS. Das diversas ações de valorização académico-profissional consta um estágio no Bundesbank, em Frankfurt, para aperfeiçoamento técnico no âmbito da criação da União Económica e Monetária.

Paralelamente, Rui Rio desenvolveu uma intensa atividade política, iniciada ainda antes da revolução de 25 de Abril. Foi vice-presidente da Comissão Política Nacional da Juventude Social Democrata (JSD) entre 1982-84, sendo simultaneamente membro da Comissão Política Nacional do PSD, durante a presidência de Francisco Pinto Balsemão e, posterior-

mente, de Mota Pinto. Mais tarde, como deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral do Porto, teve especial intervenção na Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano entre 1991 e 2001, tendo também assumido as funções de porta-voz do grupo parlamentar social-democrata para as questões económicas e financeiras. Foi secretário-geral do PSD, durante a presidência de Marcelo Rebelo de Sousa, e posteriormente vice-presidente da bancada parlamentar do PSD. Entre 1996 e 1998, foi vice-presidente do Instituto Sá Carneiro. Foi também vice-presidente do PSD, sob as “direções” de Durão Barroso, Pedro Santana Lopes e Manuela Ferreira Leite. De 2003 a 2005 foi presidente do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Foi distinguido com o Prémio Personalidade Marketing Cidades e Regiões 2004, atribuído pela Associação Portuguesa dos Profissionais de Marketing (APPM) e recebeu o Prémio Alfredo César Torres 2005, atribuído pela Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK), pelo apoio e dedicação concedidos ao renascimento do Circuito da Boavista. Foi ainda distinguido com o “Prémio Carreira 2012”, atribuído pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP).

Publicou, em 1999, “Análise à Distribuição Regional do Investimento Público” e, em 2002, “A Política in Situ”, tendo a sua biografia, de autoria de Mário Jorge de Carvalho, sido publicada pela Porto Editora em dezembro de 2014. Em maio de 2015, foi publicada, pela Verso da História, a obra “Raízes de Aço” de Carlos Mota Cardoso, definida pela editora como “um retrato intimista de um dos principais políticos portugueses”. Foi palestrante em largas dezenas de conferências e articulista em diversos órgãos de comunicação social.

Foi condecorado pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e por Sua Santidade, o Papa Bento XVI, com a Grã-Cruz da Ordem de S. Gregório Magno. Foi ainda agraciado com a Grã-Cruz das Ordens do Mérito da Hungria e do Reino da Noruega, com a Grã-Cruz com placa da Ordem da Honra da República da Áustria, com a Grã-Cruz

de Primeira Classe da Ordem da Estrela Branca da República da Estónia, com a Cruz de Comendador da Ordem de Mérito da República da Polónia, com a Cruz Oficial da Ordem de Mérito da República Federal da Alemanha e, em 2014, com a Medalha de Honra da Cidade do Porto.

Foi eleito presidente da Câmara Municipal do Porto em 2002 e reeleito em 2005 e 2009. Ao terminar o seu terceiro mandato em Outubro de 2013, conseguiu ser a personalidade que, na história da cidade, durante mais tempo ocupou este cargo. Foi presidente da Junta Metropolitana do Porto de 2005 a 2013, tendo, também neste caso, sido o Presidente que, durante mais tempo ocupou o lugar desde a criação da Área Metropolitana do Porto. É “partner” da Boyden – Partner da Neves de Almeida hr consulting – membro independente e não executivo do Comité de Investimentos do Fundo de Capital de Risco “Millennium Fundo de Capitalização FCR”. É, também, vice-presidente da Mesa da Ordem dos Contabilistas Certificados, membro da Assembleia Representativa da Ordem dos Economistas e presidente da Mesa da sua Secção Regional do Norte.





Os 17 presidentes do PSD

Fundado em 6 de maio de 1974, por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota sob o nome de Partido Popular Democrático (PPD), foi legalizado em 25 de janeiro de 1975, passando a designar-se em 3 de outubro de 1976 de Partido Social Democrata (PSD). O PSD foi criado com base em três linhas de pensamento distintas embora complementares: uma linha católico-social, nascida entre 55 e 65 como reação contra o corporativismo de estado; uma linha social-liberal, ligada à social-democracia defensora da democratização do Estado Novo e ligada ideologicamente à 'ala liberal'; e, finalmente, uma linha tecnocrático-social, com preocupações mais ligadas ao desenvolvimento económico, privilegiando mudanças sociais e culturais como meio determinante de promover e alargar a democracia. O nome PPD foi sugerido pelo escritor Rúben Andresen Leitão ao lembrar que muitos partidos de centro e sociais-cristãos, antes da Segunda Guerra Mundial, se chamavam Populares. É adotada a cor laranja por sugestão de Conceição Monteiro, uma cor quente e mobilizadora, diferente do vermelho, ideologicamente conotado com o PCP e o PS. O símbolo é criado em julho, e a sua autoria supostamente pertence a Augusto Cid. As três setas representam os valores fundamentais da social-democracia: a liberdade, a igualdade e justiça social, e finalmente, a solidariedade. A origem das setas e o seu simbolismo foram descritos exhaustivamente num texto publicado no "Povo Livre". Até à eleição de Rui Rio, o PSD teve 17 líderes na sua história de 44 anos.

Francisco Sá Carneiro

Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro nasceu em 19 de julho de 1934, no Porto, e faleceu em 4 de dezembro de 1980, na sequência da queda do avião onde viajava quando era primeiro-ministro. Advogado, foi um

dos fundadores do PPD/PSD, em 6 de maio de 1974, com Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota. Desempenhou primeiro as funções de secretário-geral no primeiro ano da sua fundação, eleito no I Congresso, realizado em 23 e 24 de novembro de 1974 em Lisboa. Torna-se o primeiro presidente do PSD, funções que exerceu por duas vezes: entre setembro de 1975 e janeiro de 1978 e, depois, entre abril de 1979 e dezembro de 1980, data da sua morte. Forma, em 5 de julho de 1979, com Freitas do Amaral, do CDS, e Ribeiro Teles, do PPM (além dos Reformadores) a Aliança Democrática, que lidera com o objetivo de derrotar a "maioria de esquerda" nas

eleições legislativas intercalares de dezembro de 79. A AD vence com maioria absoluta e Sá Carneiro torna-se primeiro-ministro a 3 de janeiro de 1980, cargo que exerce por menos de um ano, quando morre em funções. Francisco Sá Carneiro morre na sequência da queda do avião em que viajava para o Porto, onde iria participar no comício de encerramento da campanha presidencial do general Soares Carneiro. No período em que Sá Carneiro foi primeiro-ministro, o cargo de presidente da Comissão Política Nacional foi assumido por Leonardo Ribeiro de Almeida.



Emídio Guerreiro

Emídio Guerreiro nasceu em 6 de setembro de 1899 e faleceu em 29 de junho de 2005. Matemático de profissão, desempenhou as funções de secretário-geral do PSD entre maio e setembro de 1975, altura em que lidera o PSD durante um curto período em que Francisco Sá Carneiro, por doença, se desloca ao estrangeiro. Perseguido pela PIDE, esteve exilado de 1932 a 1974, aderiu em 1974 ao Partido Popular Democrático, atual PSD, e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte. Mais tarde, aderiu ao PRD e, no final da vida, aproximou-se do PS, tendo, contudo, apoiado a candidatura de Pedro Santana Lopes à Câmara Municipal de Lisboa em 2001 e manifestado, pouco antes de morrer, a intenção de votar em Aníbal Cavaco Silva nas presidenciais de 2006.

Sousa Franco

António Luciano Pacheco de Sousa Franco nasceu em 21 de setembro de 1942 e morreu em 9 de junho de 2004. Liderou o PSD entre janeiro e julho de 1978, tendo sido eleito no V Congresso. Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi docente nas áreas de Finanças Públicas e Direito Financeiro, Direito da Economia e Direito Comunitário. Exerceu o cargo de ministro das Finanças entre 1 de agosto e 17 de dezembro de 1979, no governo de Maria de Lourdes Pintasilgo. Mais tarde aproximou-se do PS, tendo sido de novo ministro das Finanças no primeiro Governo de António Guterres (18 de outubro de 1995 a 25 de outubro de 1999). Faleceu durante a campanha para as eleições europeias de 2004, nas quais era cabeça de lista pelo PS.

José Menéres Pimentel

José Manuel Menéres Sampaio Pimentel nasceu em 11 de agosto de 1928 e faleceu em 13 de fevereiro de 2014. Advogado e juiz, presidiu ao PSD entre julho de 1978 e abril de 1979, tendo sido eleito no VI Congresso. Militou no MDP/CDE antes do 25 de Abril, tendo, depois, participado na fundação do Partido Social Democrata, pelo qual foi deputado e líder parlamentar. Foi membro dos VII e VIII Governos, como ministro da Justiça e ministro da Reforma Administrativa. Entre 1992 e 2000, Menéres Pimentel exerce o cargo de Provedor de Justiça.

Francisco Pinto Balsemão

Francisco José Pereira Pinto Balsemão nasceu em 1 de setembro de 1937 e foi um dos fundadores do PPD/PSD. Advogado e jornalista, presidiu ao PSD entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1983, tendo sido eleito no VIII Congresso do PSD e reeleito no IX. Fundou e dirigiu o semanário "Expresso" (1973-80), foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Francisco Pinto Balsemão foi ministro de Estado Adjunto no VI Governo Constitucional (1980) e primeiro-ministro dos VII e VIII Governos Constitucionais (1981-83). É fundador e foi presidente do grupo Impresa, grupo que integra a SIC, a primeira estação de televisão privada a operar em Portugal.



Nuno Rodrigues dos Santos

Nuno Aires Rodrigues dos Santos nasceu em 13 de março de 1910 e faleceu em 5 de abril de 1984. Presidiu ao PSD entre fevereiro de 1983 a março de 1984, tendo sido eleito no X Congresso. Foi deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e deputado à Assembleia da República em 1976, 1979, 1980 e 1983.

Mota Pinto

Carlos Alberto da Mota Pinto nasceu em 25 de julho de 1936 e morreu em 07 de maio de 1985. Professor universitário, presidiu ao PSD entre março de 1984 e fevereiro de 1985, tendo sido eleito no XI Congresso. Foi deputado e líder do Grupo Parlamentar à Assembleia Constituinte e ainda deputado à Assembleia da República. Mota Pinto foi também ministro do Comércio e Turismo no I Governo Constitucional (1976-1977), primeiro-ministro do IV Governo Constitucional (1978) e vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa no IX Governo Constitucional de 1983 a 1985.

Rui Machete

Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete nasceu a 7 de abril de 1940. Advogado, presidiu ao PSD entre fevereiro e maio de 1985, tendo sido eleito em Conselho Nacional presidente interino da Comissão Política após a demissão de Mota Pinto e até à realização de um novo Congresso. Deputado à Assembleia da República em diversas legislaturas, foi ministro dos Assuntos Sociais no VI Governo Provisório e da Justiça no IX Governo Constitucional. Foi ainda ministro da Defesa Nacional e vice-primeiro-ministro. Mais recentemente, foi ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Pedro Passos Coelho, entre 2013 e 2015.

Aníbal Cavaco Silva

Aníbal António Cavaco Silva nasceu em 15 de julho de 1939. Economista e professor universitário, presidiu ao PSD entre 17 de maio de 1985 e 17 de fevereiro de 1995, tendo sido eleito no XII Congresso e reeleito nos XIII, XIV, XV e XVI reuniões magnas do PSD. A política só entrou na vida de Aníbal Cavaco Silva depois do 25 de Abril de 1974, quando aderiu ao então PPD, de Francisco Sá Carneiro, de quem era um admirador. Foi precisamente no Governo de Sá Carneiro (1980-1981), que viria a ocupar o primeiro lugar de destaque na vida política, assumindo a pasta das Finanças, já depois de ter passado pelo gabinete de estudos do PSD. A primeira experiência governativa foi curta, com o fim ditado pela morte de Sá Carneiro, a 4 de dezembro de 1980. Cavaco Silva foi depois deputado (1980) e presidente do Conselho Nacional do Plano (1981-1984). Em 1985, vai fazer a 'famosa' rodagem ao seu Citroen BX e entra

no congresso da Figueira da Foz para disputar a liderança do PSD com João Salgueiro, acabando por ganhar. Na primeira vez que vai às urnas, Cavaco Silva vence com uma maioria relativa e forma o seu primeiro Governo, um executivo minoritário que cai ao fim de dois anos com uma moção de censura apresentada pelo PRD no parlamento (a única da democracia que resultou na queda de um governo). Apresentando-se novamente a eleições, Cavaco Silva arrecada a primeira maioria absoluta do pós-25 de Abril, que repete nas legislativas de 1991, desempenhando o cargo de primeiro-ministro entre 6 de novembro de 1985 e 28 de outubro de 1995. Já em 1996 decide avançar com uma candidatura à Presidência da República, mas perde para o socialista Jorge Sampaio. Entre essa altura e 2005, quando decide voltar a entrar na "corrida" a Belém, esteve afastado da política ativa, quebrando pontualmente o silêncio com intervenções em seminários e colóquios ou escrevendo artigos em jornais. Em 22 de janeiro de 2006 chega ao mais alto cargo da magistratura portuguesa, numa vitória à primeira volta, que repetiria em 2011, exercendo o cargo de Presidente da República até março de 2016.

Fernando Nogueira

Joaquim Fernando Nogueira nasceu a 26 de março de 1950. Advogado, presidiu ao PSD entre 17 de fevereiro de 1995 e 29 de março de 1996, tendo sido eleito no XVII Congresso. Foi membro dos governos de Aníbal Cavaco Silva, onde exerceu os cargos de ministro-Adjunto, ministro dos Assuntos Parlamentares, ministro da Presidência, ministro da Justiça e ministro da Defesa. Em 1995, depois de Aníbal Cavaco Silva abandonar a liderança do Partido e se candidatar à Presidência da República, é eleito presidente do PSD.

Marcelo Rebelo de Sousa

Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa nasceu em 12 de dezembro de 1948. Professor Catedrático na área do Direito, presidiu ao PSD entre 29 de março de 1996 e 1 de maio de 1999, tendo sido eleito no XVIII Congresso e reeleito na XX reunião magna. Deixou a liderança do PSD na sequência de uma rutura com o então líder do CDS-PP Paulo Portas, com quem preparava uma aliança para as legislativas. Militante do PSD desde 1974, foi deputado à Assembleia Constituinte (1975-76), integrou o VIII Governo Constitucional como secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e ministro para os Assuntos Parlamentares. Foi também vice-presidente do Partido Popular Europeu (1997-99). Esteve ligado à fundação do semanário Expresso, que dirigiu, e do Semanário, e desde os anos 90 notabilizou-se como comentarista político, primeiro na TSF, e depois na televisão - RTP e TVI -, funções que exerceu até anunciar a candidatura a Presidente da República. Desde 9 de março de 2016, exerce as funções de Presidente da República.

Durão Barroso

José Manuel Durão Barroso nasceu a 23 de março de 1956. Desempenhou funções como presidente do PSD entre 01 de maio de 1999 e 12 de novembro de 2004, tendo sido eleito no XXII Congresso do partido e reeleito nos XXIII, XXIV e XXV reuniões magnas do PSD. Antes de aderir ao PSD em 1980, Durão Barroso foi dirigente do MRPP após o 25 de Abril. Foi subsecretário de Estado no Ministério de Assuntos Internos, cargo que ocupou de 1985 a 1987, secretário de Estado dos Assuntos Externos e Cooperação (1987-1992) e depois ministro dos Negócios Estrangeiros (1992-1995). Foi eleito deputado por Lisboa em 1995 e, em 06 de abril de 2002, Durão Barroso tornou-se primeiro-ministro de Portugal, cargo que exerceu até julho de 2004 e do qual se saiu para assumir funções como presidente da Comissão Europeia em novembro desse ano. Exerce o mandato em Bruxelas até 31 de outubro de 2014 e, desde então, tem estado afastado da vida política interna, tendo sido nomeado presidente não-executivo da Goldman Sachs Internacional em julho de 2016.

Pedro Santana Lopes

Pedro Miguel de Santana Lopes nasceu em 29 de junho de 1956. Advogado, foi presidente do PSD entre 12 de novembro de 2004 e 8 de abril de 2005, eleito primeiro em Conselho Nacional – na sequência da saída de Durão Barroso para Bruxelas – e depois no XXVI congresso do partido. Aderiu ao PSD em 1976 e desempenhou funções de adjunto do ministro-adjunto do primeiro-ministro do IV Governo Constitucional (1978-79) e de assessor jurídico no VI Governo Constitucional (1980/81). Inicia a atividade parlamentar em 1980, mantendo-se como deputado por Lisboa até 1991, atividade que retomaria em 2007, altura em que lidera a bancada social-democrata. Entre 1987 e 1990 foi deputado ao Parlamento Europeu. Foi secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do X Governo Constitucional (1985/1987) e secretário de Estado da Cultura dos XI e XII Governos Constitucionais (1990/1994), tendo presidido às Câmaras Municipais da Figueira da Foz (1998-01) e de Lisboa (2002-04). Em 2004, após a demissão de Durão Barroso do cargo de primeiro-ministro, Santana Lopes, então vice-presidente do PSD, é indigitado por Jorge Sampaio a 17 de julho desse ano, tomando posse como primeiro-ministro do XVI Governo Constitucional, executivo que duraria até março de 2005. Comentador político regular, exercia essas funções na SIC e as de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa quando anunciou, em outubro, que seria, pela terceira vez, candidato à liderança do PSD nas eleições diretas de 13 de janeiro de 2018.

Luís Marques Mendes

Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes nasceu em 5 de setembro de 1957. Advogado e comentador político, Luís Marques Mendes desempenhou as funções de presi-



dente do PSD entre 08 de abril de 2005 e 12 de outubro de 2007, eleito no XXVII Congresso. Foi o primeiro líder do PSD a ser eleito diretamente pelos militantes, em 2006, método que introduziu nos estatutos do partido e que vigora até hoje. Neste caso, tratou-se da sua reeleição, que viria a ser confirmada no XXIX Congresso do PSD. Iniciou a sua atividade política como militante do PSD, tendo sido, no poder local, vereador (1980-85) e vice-presidente do Município de Fafe (1997-99) e presidente da Assembleia Municipal de Oeiras (1988-2005). Exerceu cargos governamentais como secretário de Estado Adjunto do ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares do X Governo (1985-87); secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no XI Governo (1987-92); ministro-adjunto do primeiro-ministro do XII Governo (1992-95) e ministro dos Assuntos Parlamentares no XV Governo (2002-04). Atualmente, é conselheiro de Estado e comentador político na SIC.

Luís Filipe Menezes

Luís Filipe Menezes Lopes nasceu a 2 de novembro de 1953. Médico, presidiu ao PSD entre 12 de outubro de 2007 e 20 de junho de 2008, tendo sido eleito no XXX Congresso. Dirigente político desde cedo, participou na fundação da Juventude Social Democrata, quando o PSD era liderado por Francisco Sá Carneiro. Luís Filipe Menezes liderou a distrital do Porto do PSD entre 1990 e 2002 e, a nível governativo, foi secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares no XX Governo Constitucional. Em 1997 é eleito presidente da terceira maior autarquia do país, Vila Nova de Gaia, cargo que exerceu até 2013. Foi candidato à Câmara Municipal do Porto em 2013.

Manuela Ferreira Leite

Maria Manuela Dias Ferreira Leite nasceu em 3 de dezembro de 1940. Economista, Ferreira Leite presidiu ao PSD entre 20 de junho de 2008 e 9 de abril de 2010, tendo sido eleita no XXXI Congresso. É militante do Partido Social Democrata desde 1985, pelo qual foi deputada à Assembleia da República (1991-2000) e de cuja bancada

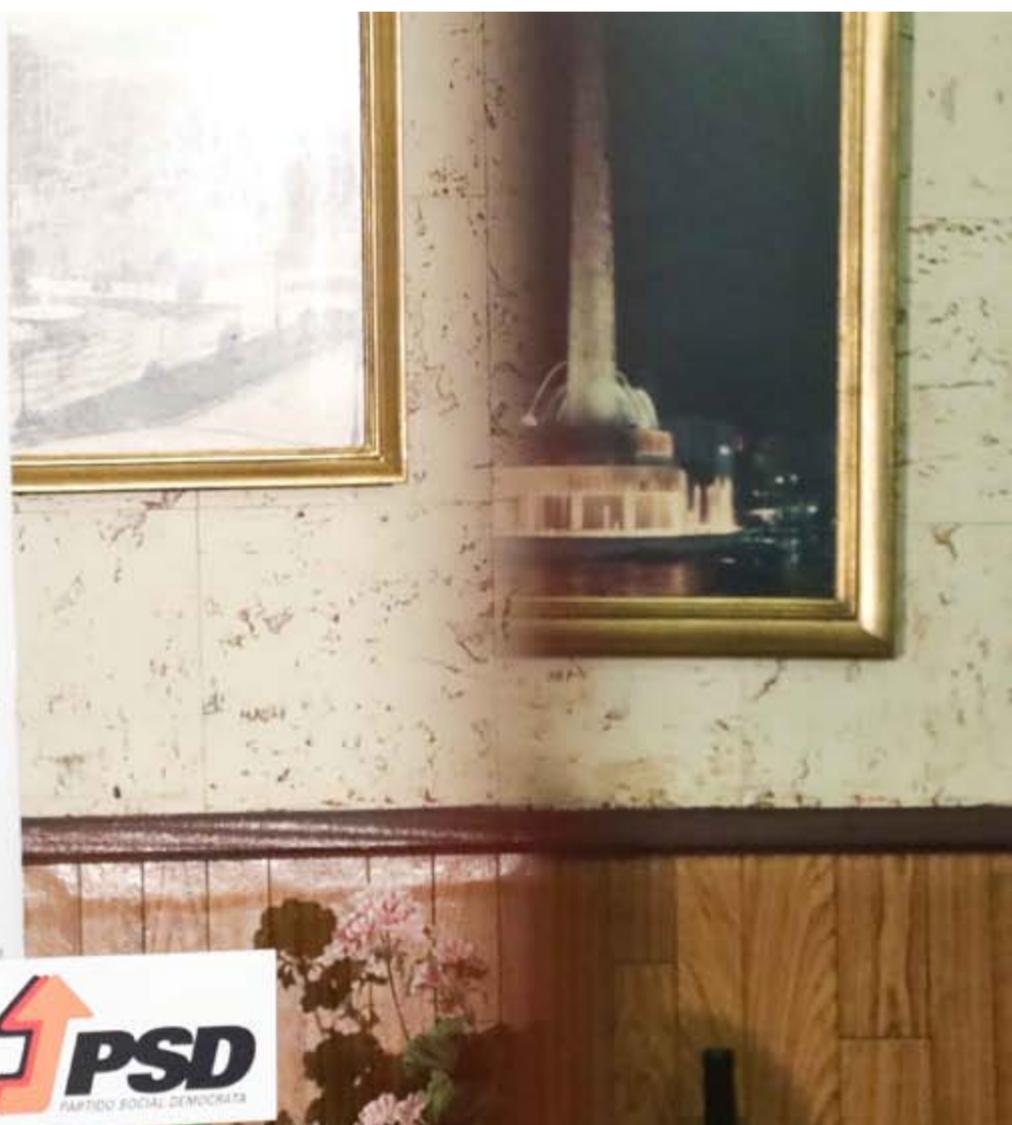
parlamentar foi vice-presidente (1996-2001). Exerceu funções governativas nos executivos de Cavaco Silva: no XI Governo como secretária de Estado do Orçamento (1990-91), no XII Governo como secretária de Estado Adjunta e do Orçamento (1993) e ministra da Educação entre dezembro de 1993 e outubro de 1995. Volta ao governo como ministra de Estado e das Finanças do XV Governo, dirigido por Durão Barroso. Por divergências com Pedro Santana Lopes afastou-se da vida política ativa em 2004, que retomaria um ano depois, na liderança do PSD de Luís Marques Mendes. Foi membro do Conselho de Estado de Cavaco Silva (2006-2008). Atualmente, é comentadora política com colaborações regulares na TVI e na TSF e já declarou o seu apoio a Rui Rio nas diretas de 13 de janeiro.

Pedro Passos Coelho

Pedro Manuel Mamede Passos Coelho nasceu em 24 de julho de 1964. Economista, preside ao PSD desde 9 de abril de 2010, cargo que deixará oficialmente em 18 de fevereiro de 2018. Eleito presidente do PSD no XXXIII do partido, foi reeleito nas XXXIV, XXXV e XXXVI reuniões magnas. Foi presidente da JSD entre 1990 e 1995, e foi deputado entre 1991 e 1999, sem nunca exercer nesse período qualquer cargo governativo. Na primeira vez que concorreu à liderança do PSD, em 2008, foi derrotado por Manuela Ferreira Leite, mas viria a ganhar a presidência do PSD nas diretas de 26 de março de 2010, que venceu com 61% dos votos, derrotando Paulo Rangel, José Pedro Aguiar-Branco e Castanheira Barros. Pouco mais de um ano depois de assumir a liderança do PSD, vence as legislativas antecipadas de 5 de junho de 2011 – na sequência da demissão do Governo socialista liderado por José Sócrates – e exerce as funções de primeiro-ministro entre junho de 2011 e novembro de 2015, em dois Governos sucessivos em coligação com o CDS-PP, embora o segundo tenha durado menos de um mês, na sequência da reprovação do programa do executivo no parlamento por toda a esquerda. Anunciou em 3 de outubro, dois dias depois dos resultados do PSD em eleições autárquicas, que não seria recandidato à presidência da Comissão Política do PSD.

Matos Rosa em São João da Madeira

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve no jantar de Reis organizado pelo PSD de São João da Madeira, sexta-feira, 12 de janeiro de 2018.



“A situação do SNS é grave”



“A situação é grave, exigimos respostas”, referiu na quarta-feira, 10 de janeiro, Ricardo Baptista Leite, deputado e médico, após criticar o PCP por, num momento em que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) revela dificuldades, agendar um debate a propósito das parcerias público-privadas (PPP). Destacou, assim, a “incompetência de quem governa” e a “cegueira ideológica de quem os apoia”.

“Volvidos mais de dois anos de governação do PS, o balanço na Saúde é francamente negativo”, referiu o deputado. Baptista Leite apontou a “ausência de políticas de saúde pública”, os “doentes confrontados com um SNS incapaz de responder às necessidades”, os “profissionais esgotados, sem condições para trabalhar e revoltados perante a falta de reconhecimento por parte da tutela”.

Ricardo Baptista Leite evocou os “7 mil doentes oncológicos que, em 2016, foram tratados além do prazo legal” e, por isso, “tarde demais”. Argumentando que este Executivo promete mas não cumpre, recordou os “doentes infetados com a bactéria da legionella num hospital de gestão pública”. Referiu-se à existência de um tratamento para a Hepatite C, para o qual “há casos de espera superiores a um ano”. Numa clara crítica ao PCP, abordou a promessa de 35 horas semanais e os contratos para todos os funcionários que “continuam a ser uma miragem”.

“É o descalabro, o salve-se quem puder”

“O SNS está em rutura”, destacou o social-democrata, recordando avisos da Ordem dos Médicos (que nos últimos dias tem alertado para o facto de os “planos de contingência da gripe serem insuficientes e assentes em fórmulas erradas”) e da Ordem dos Enfermeiros (que “tem denunciado a falta” de profissionais).

O deputado denunciou que “foi este Governo que mais médicos pôs no desemprego, impedindo que tivessem acesso à formação específica” e revelou que há cada vez mais médicos a assinarem os pedidos de exclusão de responsabilidade disciplinar. Segundo relata, há “caos”, “falta de condições” e, por isso, a situação atual é grave. “É o descalabro, o salve-se quem puder”, reforçou.



Na sequência de declarações de António Costa no debate quinzenal desta terça-feira, Ricardo Baptista Leite afirmou que “a maioria que governa assume, depois de ter aprovado o maior desinvestimento na Saúde da última década, que nada vai mudar”. Concluiu, assim, que “deste Governo não podemos esperar nada”.

Ainda sobre as PPC, o social-democrata disse que em Braga “acabaram com o acesso ao tratamento dos doentes com VIH”. “Depois da votação do Orçamento do Estado, o que o ministro fez, na obscuridade do seu gabinete, foi prorrogar o contrato de Cascais além do término do mandato do Governo”, denunciou ainda.

Governo desistiu de assegurar cuidados de saúde às populações

Dia após dia, o Governo revela-se incapaz de garantir cuidados de saúde às populações. Assiste-se à deteriora-

ção dos cuidados de saúde no Hospital Distrital de Santarém, à degradação do edifício da Extensão de Vieira de Leiria (Marinha Grande) e à falta de médicos em Parceiros (Leiria). São três casos que mostram a incompetência do ministro Adalberto Campos Fernandes.

Em Santarém, os deputados do PSD denunciavam as fragilidades na prestação de cuidados de saúde no Hospital Distrital de Santarém (HDS). “O arrastar do processo de investimento na reabilitação do bloco operatório do HDS é por todos conhecido, apesar da verba necessária estar disponível e cabimentada desde 2015, mas as mais recentes declarações da Ordem dos Médicos agudizaram a preocupação geral e a confiança dos utentes deste hospital”, alertam os deputados.

Esta unidade hospitalar depara-se com a “redução de condições materiais e operacionais para a prestação de serviços de qualidade”. O mais recente episódio refere-se à inoperância do sistema informático do hospital que sente, ainda, a falta de contratação de médicos especialistas, enfermeiros e técnicos de diagnóstico.

Na freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, além da carência de clínicos, a Extensão de Saúde local encontra-se num estado avançado de degradação. O Ministério da Saúde teima em não solucionar os problemas de infiltração e de conservação do telhado. Vieira de Leiria tem dificuldades em atrair médicos e especialistas.

Finalmente, na Extensão de Saúde de Parceiros, no concelho de Leiria, apenas uma parte dos de 5.700 habitantes tem acesso a cuidados de saúde básicos. Os deputados do PSD recordam que o serviço está a ser assegurado por uma médica de família, quando a unidade aguarda, há mais de dois anos, pela contratação de um novo clínico. “Quantos médicos de Medicina Geral e Familiar considera o Governo que estão em falta na Extensão de Saúde de Parceiros?”, interrogam.

O PSD lamenta que a tutela não tenha avançado com a contratação do “tão esperado terceiro médico”. No início do ano passado, foi entregue um abaixo-assinado com mais de 1400 assinaturas, a denunciar o problema. Até agora, o Ministério persiste em não dar qualquer resposta.

Tancos

Parlamento deve obter todos os esclarecimentos

Para o PSD, é preciso esgotar os mecanismos parlamentares para esclarecer o que se passou nos Paíóis Nacionais de Tancos. Pedro Roque, deputado do PSD, considera que a Comissão de Defesa Nacional deve obter todos os esclarecimentos em relação às circunstâncias do furto de material militar em junho de 2017.

O coordenador dos deputados do PSD na comissão de Defesa Nacional recorda que “por menos, por situações menos graves, já se fizeram comissões de inquérito e esta situação é muito grave para passar incólume”.

Para deputado, “há um conjunto de questões que continuam por esclarecer, seja a circunstância do desaparecimento do material como a circunstância da aparição desse material continuam por esclarecer”.

Pedro Roque sublinha que a futura direção do PSD deve avaliar a eventual criação de uma comissão de inquérito ao furto de material militar de Tancos. “Quer uma eventual proposta para criar uma comissão de inquérito, quer até uma eventual viabilização de uma proposta de outro partido, caberá à futura direção do PSD decidir”, sustenta Pedro Roque.

Apesar de a maioria do material militar furtado ter sido recuperado pela Polícia Judiciária Militar, Pedro Roque insiste que há um conjunto de documentos do Exército, classificados como confidenciais, enviados pelo Governo a pedido da comissão parlamentar e que ainda se encontram sob consulta na Assembleia da República.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

É “fundamental um programa especial para os refugiados”



“Atenção aos refugiados que abandonaram o País e regressam”, alerta o social-democrata Duarte Marques. “Vêm frustrados por não terem conseguido ir para onde queriam”, explica, salientando que se torna, por isso, “fundamental criar um programa especial para estas pessoas”. Em causa estão notícias que dão conta de que só regressaram a Portugal 79 dos 768 refugiados que abandonaram o programa de acolhimento.

O deputado do PSD defende que “nem as boas intenções, nem a forma propagandística como o Governo tem tratado esta questão chegam se, na prática, os refugiados se deparam com complicações burocráticas, da responsabilidade dos serviços públicos, que lhes complicam a vida e a sua integração”.

De acordo com o social-democrata, “deviam ser criadas estruturas ou balcões de atendimento especiais para estes casos que são muito específicos”, assinala. Lembrando que “o próprio sistema de recolocação envia pessoas para países que não são a sua primeira escolha”, o deputado do PSD afirma que “devia haver penalizações para os refugiados que abandonam os programas de acolhimento, pois isso seria dissuasor”.

Duarte Marques foi o relator de um relatório aprovado, em junho, pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, a propósito dos fluxos migratórios (mais aqui). Segundo destacava, então, o social-democrata, criavam-se “novas possibilidades que permitem uma gestão mais realista deste fenómeno”.

Uma das medidas anunciadas passava pela necessidade de garantir previsibilidade e estabilidade nos processos de integração. “Os refugiados que chegam, se querem apoio, educação, acesso à saúde, não podem mudar de país assim que chegam”, afirmava o deputado, argumentando que, com as saídas, seria “impossível dar uma resposta adequada”. Propunha-se, então, que as pessoas integradas no sistema de recolocação na Europa permanecessem por um período mínimo no país de acolhimento, com restrições de movimentação para outros países, enquanto decorresse o processo de assistência e integração. “Não podemos ter casas vazias em Portugal, porque se criaram condições, e depois gente a mais à porta de um centro de acolhimento em Berlim”, exemplificava.



CGD penaliza jovens com comissões bancárias

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) eliminou a isenção das comissões de manutenção de conta para clientes jovens (Megacartão Jovem, clientes até aos 29 anos). Para o PSD, trata-se de uma opção desacertada que penaliza os clientes mais novos, impondo-lhes o pagamento de comissões bancárias.

“Não se compreende que a opção seja por onerar mais os jovens, acabando com uma isenção que há vários anos minimizava as já enormes dificuldades de emancipação a que estão sujeitos os jovens portugueses”, referem os deputados.

Numa pergunta dirigida ao ministro das Finanças, o Grupo Parlamentar do PSD alerta, uma vez mais, para as consequências negativas que resultam das escolhas feitas pelo atual Governo aquando da negociação do plano de recapitalização do banco público.

“Parece ser cada vez mais evidente que o plano de recapitalização negociado e aprovado nos termos em que foi implicou o aumento generalizado e significativo de inúmeras comissões com evidente prejuízo para os clientes do banco público, além do já conhecido e anunciado encerramento de balcões por todo o País”, assinalam os deputados.

PSD exige esclarecimentos sobre financiamento de universidades



O PSD acusa o Governo de não cumprir o acordo de financiamento adicional estabelecido com as universidades e politécnicos portugueses e quer saber quando é que a totalidade destas instituições irá receber na íntegra os valores relativos a 2017, que já deveriam ter sido pagos em meados do ano passado. Reagindo a mais uma promessa feita esta semana pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, segundo o qual o acordo vai ser cumprido na íntegra nos próximos dias e que só está pendente por questões técnicas, a vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata Margarida Mano lembrou que “essa garantia já foi dada sucessivamente, nomeadamente no Parlamento, em novembro” e até ao momento não foi concretizada. E acrescentou: “Estranhámos que seja em 2018 que surjam as dificuldades técnicas para fazer uma transferência que deveria ter ocorrido em junho”.

Alertando para a situação da maior gravidade que se vive atualmente no Ensino Superior, como tem sido, aliás, publicamente denunciado pelos responsáveis das universidades e politécnicos, os deputados social-democratas acusam o Governo de uma grave quebra dos princípios de confiança, ao não respeitar os contratos assinados. Ao mesmo tempo, criticam a total descoordenação do Executivo e o desinvestimento que se assiste nesta área. Para Margarida Mano, é “inadmissível, num país que não está intervencionado

e não está sob resgate, a sobreposição da tutela das Finanças à tutela do Ensino Superior”.

O financiamento adicional às instituições de Ensino Superior decorre de um Acordo de Legislatura que o Governo assinou em julho de 2016 com as Universidades e Institutos Politécnicos, em que garantia que o financiamento não seria reduzido e seria compensada qualquer alteração relativa a aumentos de encargos salariais ou outras alterações legislativas com impacto financeiro. Os aumentos previstos com as políticas desenvolvidas pelo Governo, em 2017, implicaram um aumento da despesa nas instituições, o que à luz do compromisso assinado pelo Ministro, devia ser reposto, o que ainda não aconteceu. Uma situação que está a causar graves dificuldades de funcionamento a estas instituições que, desde junho do ano passado, se veem forçadas a suportar aquelas despesas adicionais.

Já em dezembro, os deputados do PSD requereram com caráter de urgência a presença do ministro Manuel Heitor no Parlamento, a fim de informar sobre o incumprimento dos Acordos de Legislatura, exigindo que o contrato assumido pelo Governo seja cumprido na íntegra, com todas as Universidades e Politécnicos, não apenas com algumas, e nos valores integrais dos aumentos legislados, e não apenas em parte. Depois da última promessa do ministro, Margarida Mano

garante que o PSD se manterá “muito atento a esta questão” que espera ver resolvida urgentemente.

Os social-democratas apontam, ainda, a total descoordenação do Governo, com o ministro do Ensino Superior a ser desdito pelo Ministério das Finanças. “Assistimos incrédulos a um empurrar de responsabilidades e a sistemáticos atropelos e desautorizações entre ministérios. O Governo deveria ser uno e solidário, e o que vemos é um ‘salve-se quem puder’ em matérias que deveriam ser negociadas e decididas em Conselho de Ministros e que são dirimidas na praça pública”, acusa Margarida Mano.

Para o PSD, os contratos que agora não são cumpridos foram a moeda de troca para um congelamento do orçamento para as instituições de Ensino Superior até ao final da legislatura, em nome do esforço nacional de controlo do défice. Como é fácil verificar, no Ensino Superior a despesa total em 2016 desceu 1,3%, com quebra nas despesas de funcionamento e investimento, subindo apenas as despesas com pessoal. A Fundação para a Ciência e Tecnologia, por sua vez, não executou 76,7 milhões de euros do seu orçamento.

O não cumprimento deste Acordo de Legislatura traduz-se assim num corte adicional efetivo de investimento público num setor estratégico nacional, o que o PSD considera inaceitável.

Debate quinzenal

Governo desrespeita autonomia do Ministério Público



Hugo Soares acusou o Governo de “não gostar do mandato livre” que a Procuradora-geral da República tem exercido, depois de António Costa ter classificado de “opinião pessoal” as declarações da ministra da Justiça a indicarem a possível não recondução da procuradora-geral da República. Disse que o PSD não aceita “a leviandade” com que este assunto foi abordado. O líder parlamentar lembrou, ainda, o caos que se vive nas urgências para, assinalar, que ainda há três semanas desafiou António Costa a pronunciar-se sobre se o País estava preparado para o pico da gripe

A questão foi introduzida no debate quinzenal pelo líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, que questionou diretamente o primeiro-ministro sobre a entrevista de Francisca Van Dunem que, à TSF, disse que, na sua análise jurídica, “há um mandato longo e um mandato único” da PGR, dando a entender que Joana Marques Vidal deixará o cargo em outubro.

“O calendário impõe que essa decisão tenha de ser tomada em outubro e, como é próprio da Constituição, decorre de um diálogo entre Governo e Presidente da República. Nunca direi nada em público sobre o futuro do Ministério Público, sobre o futuro da atual PGR, sem que fale primeiro com o Presidente da República”, afirmou o primeiro-ministro, que assegurou que ouvirá também os grupos parlamentares.

“O primeiro-ministro fez duas coisas hoje. A primeira foi dizer que aquilo que a ministra da Justiça disser não vale nada, é este o respeito que tem pelos membros do Governo. Mas pior, o que fizeram hoje foi desrespeitar a autonomia do Ministério Público”, acusou Hugo Soares, dia 9, no debate quinzenal. “Fragilizaram aquilo que deve ser a força de um procurador-geral da República”, explicou, argumentando que a “razão é por demais evidente: querem mesmo mudar a procuradora-geral da República, porque não gostaram do mandato livre, competente, determinado que exerceu”.

O PSD considera que, com as declarações da ministra da Justiça à TSF — deixando em aberto a possibilidade da Procuradora-geral da República não ser reconduzida no lugar —, o Governo “pôs em causa a autonomia” de Joana Marques Vidal. Hugo Soares, líder da bancada do PSD, diz que Francisca Van Dunem se “esconder atrás de um argumento jurídico que não existe”, ao limitar a seis anos o mandato da PGR.



“Há um antes e um depois da Dr.ª Joana Marques Vidal na Procuradoria-Geral da República (PGR)”, assinalou o presidente do grupo parlamentar. “Pela primeira vez, a Justiça demonstrou que não é diferente com os grandes e os pequenos”, acrescentou, destacando a existência de “casos mediáticos” e de “decisões a serem tomadas pelo

Ministério Público de extrema relevância para o País”. Acusou, assim, o Governo de estar a “colocar em causa a autonomia de Joana Marques Vidal” e de condicionar o trabalho do ministério. Por isso, assegurou: “o PSD não aceita que este tema seja colocado com esta leviandade, escondendo-se atrás de um argumento jurídico que não existe”.

Paula Teixeira da Cruz: “PGR mudou atuação no combate à altíssima corrupção”

Paula Teixeira da Cruz defende que a posição assumida pela ministra da Justiça, sobre uma eventual recondução de Joana Marques Vidal na Procuradoria-geral da República, “fragiliza a liderança e a própria instituição” e acusa a titular da pasta de “falta de bom senso político e jurídico”.

A deputada social-democrata lembra que estão a decorrer “processos muito sensíveis”. “Do ponto de vista político e do ponto de vista de bom senso isso não fará nenhum sentido. É falta de sentido de Estado”, referiu, acrescentando que a nível jurídico “nada há na Constituição e no Estatuto do Ministério Público que inibam a recondução, tal como existe para o Presidente do Tribunal de Contas, que foi reconduzido. A situação é absolutamente paralela”.

E, sem fazer “processos de intenção” sobre a posição do executivo socialista sobre o futuro de Joana Marques Vidal, lembra que a atuação da PGR “mudou no sentido do combate ao crime económico e à altíssima corrupção de uma forma extremamente visível”.

A deputada do PSD fez ainda questão de recordar que “nunca fez isso relativamente ao antecessor da atual PGR por questões institucionais que entendo que

devem prevalecer e sobretudo pelo fortalecimento das instituições". "Nós não podemos fazer uma política de casos. Temos de fazer uma política institucional e de Estado", asseverou.

António Costa "não respeita os acordos firmados"

Recuperando as próprias palavras de António Costa, que se recusava a comentários (uma vez que o assunto não foi ainda discutido com o Presidente da República) Hugo Soares foi reiterou: "não há opiniões de ministros que não sejam opiniões do Governo, ou desautoriza a ministra da Justiça ou esta é a posição do Governo e, doravante, o País sabe que Joana Marques Vidal, ainda com dez meses de mandato, vai ser substituída por vontade política de um Governo que quer propor outro nome".

Este debate quinzenal foi, mais uma vez, marcado pela acusação de que António Costa, apesar das perguntas diretas que lhe são colocadas, "não responde". "Tem esse hábito de fugir, não respeita o Parlamento, nem os acordos firmados", reiterou Hugo Soares. Questionando o primeiro-ministro se se "recorda do acordo de revisão constitucional assinado entre PS e PSD, em 1997", acusou-o de o desconhecer, apesar de, na altura, ser secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

"A palavra dada nos acordos escritos, para si, não vale nada", denunciou, aludindo também aos "códigos de conduta" ou aos "pactos de regime". O líder da bancada social-democrata foi claro ao afirmar que "o PS tem uma história que deve ser respeitada", mas que o primeiro-ministro "não respeita". "Não se quer atravessar hoje



porque, se tivesse de dizer que essa é a sua interpretação, ia ficar preso à vontade política de trocar de procurador-geral da República", criticou. "Assim pode ir até ao fim com a desculpa de que é uma questão de interpretação jurídica", continuou para, logo, reiterar que: "o senhor, o PS, o seu governo não respeitam a autonomia do Ministério Público e não gostaram da atuação da procuradora".

Saúde: caos nas urgências, falta de medicamentos e seguros de viaturas por pagar

As críticas de Hugo Soares abordaram, também, a questão da degradação dos serviços públicos, para a qual o PSD tem vindo a alertar. Assinalando que há três semanas interpelou o primeiro-ministro sobre se o Governo estava a preparar o pico da gripe, denunciou que "hoje temos notícias de doentes que esperam em macas na receção hospitalar, como se isso fosse um internamento e tratamento das urgências". Embora tenha tomado como ponto de partida a falta de condições do Centro Hospital de Faro (para a qual o PSD alertou em Junho por ocasião das Jornadas Parlamentares), destacou que o caos se sente nas urgências de "todo o País".

"Acha razoável que, em 2018, o governo das esquerdas possa saber que há centros de saúde que não receberam medicamentos e outros artigos de tratamento de primeira necessidade, que não conseguem fazer o acompanhamento domiciliário dos seus doentes, porque a frota automóvel do Estado não tem seguro, porque o Estado não pagou os seguros?", perguntou o presidente do grupo parlamentar.

Hugo Soares levou, ainda, ao parlamento os casos das "escolas que não ligam o aquecimento porque não têm dinheiro para pagar contas", do "contrato confiança" com as universidades que não está a ser cumprido, e das "escolas profissionais com alunos a adiantar dinheiro do próprio bolso".



Comportamento de ministro colide com o Código de Conduta

O ministro das Finanças pediu bilhetes para assistir a um jogo entre o SL Benfica e o FC Porto e infringiu o código de conduta do Governo, mas recusou hoje dar explicações ao Parlamento, optando pelo silêncio. "Porque é que o bilhete não foi pago? Que leitura é possível fazer do Código de Conduta do Governo, que permita concluir que não houve uma violação?", questionou António Leitão Amaro, deputado do PSD.

António Leitão Amaro considera que não existia interesse público nem o ministro estaria em representação do Governo no "dérbi" disputado em 01 de abril de 2017. Trata-se de um caso que pode configurar um recebimento indevido de vantagem e, dessa forma, violar o Código de Conduta do Governo.

O diploma impõe aos membros do Governo que se abstenham de aceitar, a qualquer título, convites possam condicionar a imparcialidade e a integridade do exercício das suas funções. Existe um condicionamento da imparcialidade e da integridade do exercício de funções quando haja aceitação de convites ou outros benefícios similares com valor estimado superior a 150 euros. Ora os dois bilhetes para assistir ao jogo, a partir da tribuna presidencial do Estádio da Luz, ultrapassam o valor definido no Código de Conduta.

Na audição desta manhã na COFMA, o deputado do PSD questionou Mário Centeno sobre a alienação do Novo Banco. "As suspeitas sobre a falta de transparência agravam-se. Porque nos esconderam responsabilidades assumidas pelo fundo de resolução? Em que condições são disponibilizadas? Quanto é que o negócio representa?", disse.

Açores

Governo regional falha no combate à pobreza em São Miguel

O PSD/Açores sublinha que a ilha de São Miguel concentra grande parte dos apoios sociais nos Açores. A comissão política de ilha de São Miguel do PSD/Açores considera que os números da pobreza, conhecidos através da estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social, “são reveladores dos falhanços do governo regional presidido por Vasco Cordeiro”, revelam em comunicado.

São Miguel, a maior ilha da região, concentra 77% dos beneficiários de rendimento social de inserção e 73% dos beneficiários do complemento solidário para idosos, sustenta o PSD em nota de imprensa, lembrando que tais números “têm vindo a aumentar desde 2006, em contrapartida com as outras ilhas, onde esses dados marcam um caminho inverso”.

“O desemprego jovem continua a ser um dos maiores flagelos da nossa sociedade, com uma taxa a rondar os 30%, acima da média nacional. Sobre este aspeto pouco ou nada se sabe sobre a estratégia que o Governo Regional tem, o que revela novamente um completo desnorte do PS presidido por Vasco Cordeiro”, diz ainda o PSD/Açores, presidido nos Açores por Duarte Freitas.

Para a Comissão Política de Ilha do PSD/São Miguel, “o Partido Socialista deveria ter investido mais na educação, onde persistem os elevados níveis de retenção no ensino regular”.

Por outro lado, “o maior fluxo turístico que se assiste na ilha deveria ter sido antecipado, com a requalificação de ativos para o setor, sem esquecer a formação e a qualificação profissional dos jovens, como forma de os incentivar para as áreas com saídas profissionais”.

“O desemprego jovem continua a ser um dos maiores flagelos da nossa sociedade, com uma taxa a rondar os 30%, acima da média nacional. Sobre este aspeto pouco ou nada se sabe sobre a estratégia que o governo regional tem, o que revela novamente um completo desnorte do Partido Socialista presidido por Vasco Cordeiro”.

O PSD/São Miguel manifesta assim “uma clara preocupação com o futuro da Região, em particular com a ilha de São Miguel, atendendo aos números agora revelados. E acima de tudo pelo falhanço das políticas levadas a cabo pelos sucessivos governos socialistas”, concluem.



Madeira

Fecho de balcões dos CTT prejudica população idosa

O PSD considera inadmissível a decisão de encerramento de duas estações dos Correios na Região Autónoma da Madeira e que irá prejudicar, sobretudo, a população mais idosa e sem acesso a transportes públicos.

Os deputados do PSD criticam as razões que motivam o encerramento do balcão dos CTT em Santo António no Funchal, já que se trata de uma das maiores freguesias do arquipélago, onde residem 28 mil habitantes. A descontinuação deste posto “levará à deterioração do serviço público prestado aos habitantes de Santo António, que terão de se deslocar ou à freguesia vizinha de São Roque ou ao centro do Funchal na Calouste Gulbenkian, para efetuarem o reembolso do subsídio social de mobilidade no transporte aéreo”, alerta Sara Madruga da Costa, deputada do PSD.

Noutro caso, está em causa o encerramento do balcão dos CTT na freguesia de Arco da Calheta, que há mais de quarenta anos funcionava naquela localidade. “A população idosa da freguesia ficará impossibilitada de se deslocar a outra estação dos CTT dada a grande dispersão geográfica, as dificuldades resultantes da orografia e da rede de transportes públicos”, referem os deputados social-democratas eleitos pela Madeira.

O PSD pede esclarecimentos ao ministro do Planeamento e das Infraestruturas, a quem cabe a missão de “formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento e coesão (...), incluindo a regulação dos contratos públicos e a tutela sectorial dos CTT – Correios de Portugal”.



As perguntas dos deputados PSD

- 1) - Quando é que o Governo teve conhecimento desta decisão de encerramento do balcão dos CTT de Santo António e do Arco da Calheta e que diligências levou a cabo para minimizar os prejuízos para a população?
- 2) - Como explica o Governo o encerramento e a descontinuação do ponto de acesso à rede postal numa das freguesias mais populosas do país com 28 mil habitantes?
- 3) - Como é que esta decisão se coaduna com as políticas de desenvolvimento e coesão, incluindo o desenvolvimento regional e as infraestruturas do país?
- 4) - Está ou não o Governo disponível para sensibilizar os CTT- Correios de Portugal para a necessidade de recuar na decisão de encerramento do balcão dos CTT de Santo António e do Arco da Calheta?
- 5) - Qual a explicação para o encerramento deste balcão, para a descontinuação da estação e para a dispensa dos seus funcionários?
- 6) - A confirmar-se que a razão da reestruturação prende-se com a necessidade de reduzir custos para fazer face à remuneração dos acionistas dos CTT-Correios de Portugal, não considera o Governo que os CTT deveriam ter seguido outro caminho não lesivo da população e dos seus trabalhadores?

POVO LIVRE

Director: Diogo Vasconcelos

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Conselho Nacional delibera



XXIII Congresso Nacional em Viseu nos dias 25, 26 e 27 de Fevereiro

- **conselheiros aprovaram estratégia de Durão Barroso para as Presidenciais e documento de trabalho sobre as próximas eleições autárquicas**

páginas 6 a 9

Apresentado o Gabinete de Estudos Nacional

página 12

Edição n.º 1204 do "Povo Livre", de 19 de janeiro de 2000. Manchete: "Conselho Nacional delibera XXIII Congresso Nacional em Viseu nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro". Diogo Vasconcelos era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Janeiro de 2018, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação das contas de 2017, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea d) dos Estatutos;
- 2 - Aprovação do orçamento para 2018, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea d) dos Estatutos;
- 3 - Análise da situação política - nacional e local - de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea a) dos Estatutos

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fafe, para reunir, no próximo dia 26 de Janeiro de 2018, (sexta-feira) pelas 21h00, na Sede, sita na Travessa na Praça 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

LEIRIA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Janeiro de 2018 (segunda-feira), pelas 21h00 na Sede Distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - 37º Congresso do PSD
- 3 - Análise da situação política distrital e nacional

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 26 de Janeiro de 2018, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Aprovação das contas relativas ao exercício de 2017

PAREDES DE COURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes de Coura, para reunir no próximo dia 24 de Fevereiro de 2018, (sábado) pelas 14h00, na sede da Junta de Freguesia da União de Freguesias Resende e Vila de Paredes de Coura, sita no Largo 5 de Outubro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

NOTA: - As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, (Na casa do xisto, Boalhosa Insalde, Paredes de Coura) que, para o efeito, nesse dia estará aberta das 09h00 às 20h00.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Póvoa de Lanhoso, para reunir, no próximo dia 09 de Fevereiro de 2018, (sexta-feira) pelas 20h45, na sede, sita na Rua Comandante Luis Pinto da Silva, nº 1 - 4º Esq., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação do orçamento e das contas, nos termos da alínea d), nº 2 do artº. 53 dos Estatutos do PSD

RIO TINTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio Tinto para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Janeiro de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede de secção de Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte,

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação de trabalho realizado pela Comissão política.
- 2 - Análise da situação política.
- 3 - Outros assuntos

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 02 de Fevereiro de 2018, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política local e nacional
- 2 - Discussão e aprovação do relatório de contas de 2017
- 3 - Eleições - delegados ao 37º Congresso Nacional
- 4 - Outros assuntos



II CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos do artigo 64º dos Estatutos Nacionais da JSD, serve o presente para convocar a segunda reunião ordinária do Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, a ter lugar no dia 27 de Janeiro de 2018, sábado, pelas 21h00, na sede da JSD Distrital Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Balanço da atividade da Comissão Política Distrital;
3. Análise das eleições diretas para Presidente do PSD e do XXXVII Congresso Nacional;
4. Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Contas de 2017;
5. Apreciação do Orçamento para 2018;
6. Apresentação, Discussão e Votação do Plano de Atividade e Iniciativas para 2018;
7. Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Conselho Distrital de Leiria da JSD, para reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2018 (domingo), pelas 16horas, na Sede do PSD Distrital de Leiria, sita na Av. Dr. José Jardim, Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição dos representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD;
- 2 - Análise da situação política;
- 3- Outros assuntos.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente a substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital de Leiria.

As urnas estarão abertas das 16H30 às 17H30 horas.

VI CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis venho por este meio convocar o VI Conselho Distrital da JSD Lisboa Área Oeste, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 26 de Janeiro de 2018, pelas 21:30h, na sede da JSD Arruda dos Vinhos, sita Avenida Timor Lorosae, nº 17, Arruda dos Vinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Expediente e informações;
2. Balanço do mandato 2016-2018;
3. Discussão e marcação do IV Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste;
4. Leitura, discussão e votação do Regulamento do IV Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste;
5. Leitura, discussão e votação do Cronograma do IV Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste;
6. Discussão da situação política local, distrital e nacional.

CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis venho por este meio convocar o Conselho Distrital da JSD Vila Real, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 27 de Janeiro de 2018, pelas 16h00m, na sede do PSD/JSD de Alijó, sita na Rua Cimo da Vila, Lote 5 - loja Esq., em Alijó, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Discussão sobre assuntos relativos às eleições para os órgãos da JSD Distrital de Vila Real referentes ao mandato 2018/2020.

AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD do Concelho de Azambuja, para o dia 21 de Fevereiro de 2018 (Quarta-feira) pelas 20 horas, na sede do PSD de Azambuja, Av. Condes de Azambuja, 43 Loja 3 2050-296 Azambuja, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política da Concelhia de Azambuja;
- 2 - Eleição da Mesa do Plenário da Concelhia de Azambuja;

Nota: As listas deverão ser entregues até às 23h59m o terceiro dia anterior ao início da ordem de trabalhos, ao presidente da mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas entre as 20 horas e as 22 horas.

LEIRIA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD de Leiria para reunirem no dia 17 de Fevereiro de 2018, às 15 horas, na sede da JSD de Leiria, avenida Dr. José Jardim, n.º 32, 2400-124 Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário Concelhio.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 15 horas e as 17 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia de Leiria até às 23h59, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos e demais regulamentos da JSD, convoca-se Plenário Concelhio da JSD Murça para o dia 24 de Fevereiro de 2018, na sede do PSD Murça, sita na Praça 5 de Outubro, 5090 - 112 Murça com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos concelhios da JSD Murça.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 16h e as 18h. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Distrital ou a quem o substitua até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VISEU

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca se todos os militantes da Concelhia de JSD Viseu para reunirem em Plenário Concelhio Ordinário no dia 27 de Janeiro de 2018 pelas 15h00, na sede distrital do PSD Viseu, sita na Rua Eng.º Lino Moreira Rodrigues, Loja nº 9, Edif. Vasco da Gama, 3510-084 Viseu com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Eleição do novo Presidente do PPD/PSD;
- 3 - Plano actividades 2018;
- 4 - Outros assuntos.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

ACTA

No dia 13 de janeiro de 2018 decorreu a eleição do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, competindo ao Conselho de Jurisdição Nacional, em conformidade com o nº 1 do artº 3º do Regulamento da Eleição Directa do Presidente da Comissão Política Nacional, proceder ao acompanhamento das eleições.

O acto eleitoral decorreu das 14.00 às 20.00 horas, não tendo sido registada qualquer situação que pusesse em causa a regularidade da Eleição, de harmonia com os Estatutos e os Regulamentos aplicáveis.

Encerradas as urnas à hora fixada no nº 1 do artº 1 do Regulamento da Eleição Directa do Presidente da Comissão Política Nacional, iniciaram-se as operações de apuramento, tendo-se apurado os seguintes resultados:

- **Total de Eleitores – 70.692**
- **Total de Votantes – 42.655**
- **Votos Brancos – 447**
- **Votos Nulos – 236**
- **Candidato Pedro Santana Lopes – 19.244**
- **Candidato Rui Rio – 22.728**

Pelo exposto, o Conselho de Jurisdição Nacional declara eleito Presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata, o militante nº 3087, Dr. Rui Fernando da Silva Rio .

Lisboa, 17 de Janeiro 2018

Francisco José Martins
Vogal-Secretário C.J.N.

Jorge Pracana
Presidente-Interino do C.J.N.